

1 **ATA DA ASSEMBLEIA ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA**
2 **CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DO RIO DE JANEIRO REALIZADA EM 14 DE ABRIL**
3 **DE 2014.**

4 As quatorze horas e vinte minutos do dia quatorze de abril de 2014, em última convocação,
5 no auditório do CASS, à Rua Afonso Cavalcanti, n.º 455, Cidade Nova, reuniram-se
6 representantes do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, com a
7 presença de conselheiros titulares e suplentes, cujos nomes e assinaturas constam no livro
8 de presença, para tratar dos seguintes assuntos: **1- Leitura e aprovação da ata da**
9 **assembleia de março de 2014; 2- Plataforma dos Centros Urbanos / UNICEF –**
10 **Apresentação de Plano de Trabalho – Dr.ª Luciana Phebo, coordenadora do UNICEF**
11 **Rio de Janeiro; 3- Deliberação de registros e entrega de Certificados; 4- Aprovação**
12 **do Plano de Ação 2015; 5- Mudança na composição da Corregedoria; 6- Alteração na**
13 **Deliberação 1.058/2014 – Prestação de Contas Convênios FMADCA; 7- Informes**
14 **Gerais.** A mesa diretora foi composta pelos conselheiros José Pinto Monteiro, Danilo Groff
15 Filho, Selma Ribeiro Martins Peres e Merina Camargo. O presidente José Pinto Monteiro
16 iniciou a assembleia informando que na reunião do Fórum DCA, no mês de fevereiro, foi
17 discutido a importância de otimizar a assembleia do CMDCA-Rio, considerando ser este
18 um espaço onde eram discutidas e deliberadas políticas municipais que visavam garantir
19 os direitos fundamentais da criança e do adolescente e, com este fim, mobilizar e articular o
20 conjunto das entidades da sociedade civil e dos órgãos do poder público. O presidente
21 destacou que, como primeira resposta à demanda apresentada, o CMDCA-Rio realizaria
22 nesta assembleia uma pesquisa sobre o Fundo Municipal para Atendimento dos Direitos da
23 Criança e do Adolescente, objetivando balizar o conhecimento e identificar as informações
24 que estavam acessíveis. **1- Leitura e aprovação da ata da assembleia de março de**
25 **2014** - A conselheira Selma Ribeiro Martins Peres fez a leitura da ata da assembleia do dia
26 17 de março, que foi aprovada por unanimidade. **2- Plataforma dos Centros Urbanos /**
27 **UNICEF – Apresentação de Plano de Trabalho – Dr.ª Luciana Phebo, coordenadora do**
28 **UNICEF Rio de Janeiro** - A coordenadora nacional da Plataforma dos Centros Urbanos no
29 UNICEF, Dr.ª Luciana Phebo, explicou à plenária que a Plataforma dos Centros Urbanos
30 era uma contribuição do UNICEF na busca de um modelo de desenvolvimento inclusivo
31 das grandes cidades, objetivando a redução das desigualdades que afetavam a vida de
32 crianças e adolescentes. Informou que a validação final da linha de base dos indicadores,
33 prevista no Plano de Trabalho, seria no dia 15/06/2014. Destacou que trabalhar com dados
34 desagregados era importante para pensar políticas públicas e que o termo de parceria
35 técnica, para a implementação da Plataforma dos Centros Urbanos (2013-2016), fora
36 assinado pelo prefeito Eduardo Paes, presidente do CMDCA-Rio, Sr. José Pinto Monteiro,
37 e por representante do UNICEF no Brasil. O termo foi entregue para o presidente José
38 Pinto Monteiro e foi sugerido que o CMDCA-Rio indicasse uma pessoa, como
39 referência, para contato com o UNICEF visando maior interlocução e articulação do
40 processo de trabalho. O presidente José Pinto Monteiro encaminhou a proposta para ser
41 discutida na reunião de mesa diretora de maio. Ressaltou a importância da participação
42 efetiva do UNICEF nas assembleias e recomendou a apresentação de uma resenha com o
43 panorama das ações executadas na Plataforma dos Centros Urbanos/UNICEF, para melhor
44 acompanhamento das ações. A conselheira Elma Maria da Silva Alleluia destacou a
45 dificuldade de recursos para transportar crianças e adolescentes aos espaços de
46 discussões sobre seus direitos. A coordenadora nacional da Plataforma dos Centros
47 Urbanos no UNICEF, Dr.ª Luciana Phebo, ponderou que a questão da locomoção era um
48 gargalho, entretanto, que também precisava-se pensar nos espaços de participação de
49 forma mais ampliada, menos formal e atrativa para este público alvo. O Sr. Sebastião,
50 representante da Associação Beneficente Amar, questionou se estava contemplado, no
51 plano de trabalho, a questão de crianças e adolescentes em situação de rua e usuárias de

52 substâncias psicoativas. A Dr^a Luciana Phebo esclareceu que a proposta do UNICEF era
53 construir planos de ação nos territórios, com a identificação de realidades locais, que
54 seriam incorporadas a um plano de trabalho municipal mais ampliado. **3- Deliberação de**
55 **registros e entrega de Certificados** - O presidente José Pinto Monteiro informou que,
56 conforme discutido na reunião de mesa diretora, a entrega dos certificados seria realizada
57 no decorrer da assembleia, para maior solenidade ao ato. Destacou a importância da
58 presença da plenária até o término da assembleia para conclusão dos trabalhos. A
59 conselheira Selma Ribeiro Martins Peres realizou a leitura da deliberação que dispunha
60 sobre o registro das entidades, que foi aprovada por unanimidade. As conselheiras Elma
61 Maria da Silva Alleluia e Selma Ribeiro Martins Peres fizeram a entrega dos certificados
62 para os representantes das instituições presentes. **4- Aprovação do Plano de Ação 2015** -
63 A conselheira Selma Ribeiro Martins Peres fez a leitura da Deliberação que dispunha sobre
64 o Plano de Aplicação 2015, que foi aprovada por unanimidade. **5- Mudança na**
65 **composição da Corregedoria** - A conselheira Selma Ribeiro Martins Peres realizou a
66 leitura da deliberação que dispunha sobre a mudança na composição da corregedoria, que
67 foi aprovada por unanimidade. **6- Alteração na Deliberação 1.058/2014 – Prestação de**
68 **Contas Convênios FMADCA** - A conselheira Selma Ribeiro Martins Peres fez a leitura da
69 deliberação que dispunha sobre a prestação de contas dos convênios com recursos do
70 Fundo Municipal para Atendimento dos Direitos da Criança e do Adolescente, que foi
71 aprovada por unanimidade. A Sr^a Vânia Farias, representante do Ballet de Santa Teresa,
72 expôs que, após um ano de execução do projeto Sons do Mundo, a Secretaria Municipal
73 de Desenvolvimento Social encaminhou um ofício para a instituição sinalizando pendências
74 na prestação de contas, a serem respondidas no prazo máximo de cinco dias. Informou
75 que o projeto fora aprovado no edital do CMDCA-Rio, com o valor aberto e que após
76 aprovação, a instituição foi informada que deveria executar o projeto com valor *per capita*
77 de R\$ 150,00. Isto, segundo ela, exigiu uma grande adaptação, considerando que o
78 atendimento era qualificado e realizado por bons profissionais e que somente 60% dos
79 recursos do projeto poderiam ser utilizados para pagamento de pessoal. A Sr^a Vânia Farias
80 informou que a prestação de contas da instituição foi glosada. Ressaltou a dificuldade de
81 trabalhar com qualidade, sem considerar a possibilidade de ajustes no projeto, visto que a
82 planilha de custos foi efetuada em determinada data, porém o convênio era assinado muito
83 posteriormente, existindo um lapso temporal extenso. A Sr^a Vânia Farias ponderou que não
84 observou nenhuma deliberação do CMDCA-Rio com a determinação de que associados da
85 Instituição não pudessem ser remunerados. Defendeu que este impeditivo contrariava o
86 Código Civil Brasileiro e que o CMDCA-Rio era um órgão autônomo e o Gestor do Fundo.
87 A Sr^a Vânia Farias informou que foi solicitado à instituição a devolução dos instrumentos
88 musicais ao final do projeto e que não realizaria esta devolução pois os instrumentos foram
89 adquiridos com recursos do Fundo Municipal para Atendimento dos Direitos da Criança e
90 do Adolescente e que estes pertenciam à instituição enquanto esta estivesse em
91 funcionamento. A conselheira tutelar Sr^a Doraci Eich ressaltou que a sociedade civil
92 apoiava a não devolução dos instrumentos e que, se fosse necessário, seria organizada e
93 realizada uma manifestação. O Sr. Sebastião, representante da Associação Beneficente
94 Amar, destacou a importância dos instrumentos permanecerem na instituição para uso das
95 crianças e dos adolescentes. O Sr. André, representante da Ong Contato, ponderou a
96 dificuldade do CMDCA-Rio encaminhar as questões do Fundo, considerando que estava
97 sujeito à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, ordenadora dos seus recursos.
98 O presidente José Pinto Monteiro destacou a importância de apurar cuidadosamente os
99 fatos relatados e, diante da manifestação feita pelo Ballet de Santa Teresa, propôs a
100 criação de um grupo de trabalho paritário, com a participação da Técnica Wania Tavares,
101 para equacionar a questão e buscar uma solução. O grupo de trabalho foi composto pelos
102 conselheiros Nazareth Barreto, Margareth Castro, Danilo Groff Filho e José Pinto Monteiro.

103 O presidente José Pinto Monteiro ponderou que o fato do edital ficar aberto por 30/40 dias
104 muitas vezes não proporcionava tempo adequado para a instituição se organizar e
105 apresentar seu projeto. Informou que, juntamente com o vice-presidente Danilo Groff Filho
106 e com a conselheira Laura Carneiro, estava articulando e propondo a criação de um grupo
107 de trabalho, constituído por técnicos a serem designados pela Câmara dos Vereadores do
108 Rio de Janeiro, Secretaria Municipal de Fazenda, Secretaria Municipal de Desenvolvimento
109 Social, IPLAN-Rio, Tribunal de Contas do Município do Rio de Janeiro, Delegacia Regional
110 do Mistério da Fazenda do Rio de Janeiro, Procuradoria Geral do Município do Rio de
111 Janeiro, Controladoria Geral do Município do Rio de Janeiro e pelo CMDCA-Rio, para
112 maior celeridade nos trâmites administrativos e jurídicos dos processos do FMADCA. **07-**
113 **Informes Gerais** - O presidente solicitou a apresentação do plano de trabalho das
114 comissões regimentais. A conselheira Mariana Cainélli, representante da Comissão de
115 Políticas Públicas, apresentou as propostas da campanha educativa e de sensibilização
116 para fomentar o protagonismo de crianças e adolescentes e a proposta de assembleias
117 temáticas. O Sr. Andre, representante da Ong Contato, recomendou que o Conselho
118 encaminhasse por e-mail às instituições a proposta estruturada para participação de
119 crianças e adolescentes nas assembleias, para devida contribuição das instituições. Sr.
120 Sebastião, representante da Associação Beneficente Amar, recomendou que os temas
121 discutidos nas assembleias fossem encaminhados para ciência das instituições com
122 antecedência. A conselheira Bianca Flores, representante da Comissão de Garantia de
123 Direitos, destacou as atribuições da Comissão e a importância de divulgação do trabalho
124 do CMDCA-Rio. A conselheira tutelar Doraci Eich perguntou sobre o posicionamento da
125 Comissão para fortalecer as políticas públicas e para que os direitos de crianças e
126 adolescentes não fossem violados. O presidente José Pinto Monteiro ressaltou a
127 importância da implantação do SIPIA como sistema de vigilância dos direitos da criança e
128 do adolescente e informou que o Conselho Tutelar de Vila Isabel teria o projeto piloto. A
129 conselheira Elma Maria informou que a Comissão de Comunicação estava trabalhando
130 para divulgação do ECA ilustrado, direcionado a crianças e adolescentes, e que este
131 material seria distribuído para os alunos do 5º ano da rede municipal de ensino. A
132 conselheira Margareth Leonardo, coordenadora da Comissão de Orçamento, destacou a
133 necessidade de divulgação do Fundo Municipal para Atendimento dos Direitos da Criança e
134 do Adolescente e da criação de um grupo de trabalho para captação de recursos para o
135 Fundo. Foi informado que atualmente o Fundo tinha um saldo de dez milhões de reais e
136 que grande parte deste valor já estava comprometido para pagamento dos projetos
137 aprovados nos Editais anteriores. A conselheira tutelar Doraci Eich defendeu que a
138 prefeitura deveria ter o compromisso de depositar no Fundo. A Srª Vânia Farias
139 representante do Ballet de Santa Teresa, informou que a reunião do Fórum DCA seria
140 realizada na Av. Nossa Senhora de Copacabana, nº 435, sala 801, em data a definir. Foi
141 informado que no dia 28/04/2014 seria a reunião da Comissão de Convivência Familiar e
142 Comunitária. A conselheira Merina Camargo disponibilizou o e-mail para sugestões
143 direcionadas a ações preventivas à violação de direitos das crianças e adolescentes. Nada
144 mais havendo a tratar, o presidente José Pinto Monteiro deu por encerrada a assembleia
145 às dezessete horas e dez minutos, e a ata segue assinada pelo presidente e pelas duas
146 secretárias, em 14 de abril de 2014.

151 José Pinto Monteiro
152 Presidente -CMDCA- Rio
153
154



155
156
157
158
159
160
161
162
163
164

Merina Camargo Aguiar
Primeira Secretária

Selma Ribeiro Martins Peres
Segunda Secretária